

Recomendação – Esclarecimento sobre propriedade do largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima

A laicidade do Estado deve ser um referencial de adesão incondicional por parte de todas as instituições republicanas, onde se incluem os órgãos do poder local democrático. Com efeito, deve submeter-se ao mais exigente escrutínio de ações que, consciente ou inconscientemente, possa refletir o favorecimento de qualquer confissão religiosa.

Deste modo, é devido um esclarecimento a esta assembleia sobre o tipo de propriedade em que se enquadra o largo da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, na Póvoa de Santa Iria. Trata-se de um espaço vedado, cuja abertura ou encerramento para fins de estacionamento é decidida pelo responsável da respetiva paróquia, o que sugere que se trata de propriedade privada. É por isso com estupefação que testemunhámos e recebemos relatos de que a varrição do espaço é assegurada pelos trabalhadores da Junta de Freguesia.

Se o espaço é privado, como a sua gestão indicia, então este serviço não deveria ser prestado sem uma contratualização com a Junta de Freguesia. Se o espaço é público, então não se pode consentir que a sua gestão tenha os moldes atuais.

Assim, a bancada do Bloco de Esquerda recomenda que:

- Seja clarificada junto desta Assembleia de Freguesia qual a tipologia de propriedade do espaço em causa e seja suspensa a utilização de recursos públicos para a sua higienização, caso se confirme a sua natureza privada.

Póvoa de Santa Iria, 30 de Junho de 2020

*Bancada do Bloco de Esquerda da
Assembleia de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e do Forte da Casa*